

DESLOCAMENTOS FORÇADOS, FAMÍLIAS PARALISADAS? VIVÊNCIAS DE UM PROCESSO DE REMOÇÃO E REASSENTAMENTO

FORCED DISPLACEMENT, PARALYZED FAMILIES? EXPERIENCES OF A PROCESS OF REMOVAL AND RESETTLEMENT

¿DESPLAZAMIENTO FORZADO, FAMILIAS PARALIZADAS? EXPERIENCIAS DE UN PROCESO DE REMOCIÓN Y REASENTAMIENTO

*Pablo Ferreira Bastos Ribeiro**

*Laura Cristina Eiras Coelho Soares***

RESUMO

Este trabalho é produto de uma pesquisa, cujo objetivo principal foi compreender os impactos, as transformações e as expectativas produzidas nas famílias que vivenciam, na Vila da Luz, em Belo Horizonte, um processo judicial de remoção e reassentamento. Nesse sentido, observou-se a espera que se impõe pelo Estado, em descompasso ao tempo de transformações das famílias e, ainda, os diversos processos iniciados e interrompidos ao longo dos anos. Fato que, à sombra da promessa de moradia adequada ou da ameaça de remoção, produz ansiedade e frustração para as famílias envolvidas. Os instrumentos metodológicos utilizados pela pesquisa foram as entrevistas semiestruturadas e a análise documental e bibliográfica. Os resultados da pesquisa conduziram à percepção de que deriva do descompasso entre as demandas do Estado e das famílias um contexto de espera que, embora não seja suficiente para paralisar as famílias, gera nelas incertezas, insegurança e ansiedades.

Palavras-chave: Deslocamentos forçados. Famílias. Psicologia Social. Cidade.

ABSTRACT

This work is the product of a research, whose main objective was to understand the impacts, transformations and expectations produced in the families that experience, in their village, a legal process of removal and resettlement. In this sense, it was observed how the state's expectation, in

Texto recebido em 30 de junho de 2020 e aprovado para publicação em 21 de setembro de 2020.

* Doutor e mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), psicólogo graduado pela PUC Minas. E-mail: pablofbribeiro@outlook.com

** Doutora e mestra em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), professora adjunta de Psicologia Social no Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (Fafich–UFMG) e no Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFMG.

disregard for the time of changes in families, and also the various processes initiated and interrupted over the years. This, in the shadow of the promise of adequate housing or the threat of removal, producing anxiety and frustration for the families involved. The methodological tools used by there search were semi-structured interviews, documentary and bibliographic analysis. The research results led to the perception that they derive from the mismatch between State and family demands, a context of expectation that, although not enough to paralyze families, creates uncertainty, insecurity and anxieties.

Keywords: Forced displacements. Families. Social Psychology. City.

RESUMEN

Este trabajo es producto de una investigación, cuyo objetivo principal fue comprender los impactos, las transformaciones y las expectativas producidas en las familias que vivencian en su pueblo un proceso judicial de remoción y reasentamiento. En ese sentido, se observó la espera impuesta por el Estado, desfasada con el tiempo de transformación de las familias y, de los diversos procesos iniciados e interrumpidos a lo largo de los años, hechos que, a la sombra de la promesa de vivienda adecuada o la amenaza de remoción, produce ansiedad y frustración para las familias involucradas. Los instrumentos metodológicos utilizados por la investigación fueron entrevistas semiestructuradas, análisis documental y bibliográfico. Los resultados de la investigación condujeron a la percepción de que a partir del desajuste entre las demandas del Estado y de las familias, se produce un contexto de espera que, aunque no es suficiente para paralizar a las familias, les genera incertidumbres, inseguridad y ansiedades.

Palabras clave: Desplazamientos forzados. Familias. Psicología Social. Ciudad.

1. INTRODUÇÃO

As reivindicações por moradia digna, no Município de Belo Horizonte e Região Metropolitana, têm ganhado destaque nos últimos anos, tendo em vista o crescimento da incidência de ocupações urbanas irregulares realizadas por famílias de camadas populares na cidade e Região Metropolitana. Libânio e Nascimento (2016) relatam, entre os anos de 1996 e 2016, o surgimento de 24 ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), entre as quais 19 surgiram a partir de 2011. Esse fenômeno, entre outros fatores,

é reflexo da ineficiência do Poder Público para assegurar o direito à moradia que, por sua vez, é garantido pelos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, regulamentado em 2001 pelo Estatuto da Cidade (*Lei nº 10.257, 2001*). Nesse sentido, em um cenário mais amplo, cabe apontar que pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro (2016) aponta que, em 2014, no Brasil, havia 6,354 milhões de imóveis vagos em condições de serem habitados, ao passo que o déficit habitacional perfazia o total de 6,068 milhões de unidades.

Mello (2014) chama a atenção para o contraste em relação às formas como a pobreza e a riqueza se apresentam na cidade. A vila estudada neste trabalho, a exemplo da primeira vila a surgir em Belo Horizonte, localizada no Barro Preto, à margem de uma ferrovia, é um exemplo de como áreas residuais da cidade vão sendo ocupadas pelas camadas populares, conforme aponta Mello (2014):

Se a riqueza é aparatosa e gosta de exibir seu luxo, a pobreza não pode esconder-se, atravessa os limites dos bairros pobres e chega às ruas bem-comportadas, às avenidas, às pontes e viadutos, às margens dos edifícios grandiosos. Terrenos vagos à beira dos rios e das estradas são locais escolhidos para habitação e vão se transformando em imensas favelas, tão visíveis quanto os prédios rutilantes da riqueza e do capital (p. 135).

Foi somente entre a década de 1950 e 1960, sob o argumento de que, sem justiça social, não seria possível modernizar o País, que a reforma urbana e a reforma agrária passaram a compor a agenda de desenvolvimento do Brasil. Contudo, conforme nos aponta Lourenço (2014), com o golpe militar, houve uma desmobilização e esvaziamento das entidades vinculadas às questões das reformas. Por outro lado, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), no mesmo ano de instalação do regime militar, foi implantado um novo modelo de política habitacional. Todavia continua atendendo exclusivamente às camadas médias da população, resultando em um forte crescimento econômico no País, entre o período de 1960 e 1970, mas aumentando a demanda por terras urbanas em contraposição à inexistência de ofertas para famílias de baixa renda. Como saldo desse período, houve um forte crescimento dos processos de gentrificação, os quais resultaram no surgimento de diversas favelas e outras formas de ocupação irregulares, tal como nos apontam Libânio (2016), Lourenço (2014) e Maricato (1987).

Mello (2014) apresenta dois aspectos de como a pobreza se expressa nas grandes cidades atualmente. A primeira traz um aspecto mais poroso, representado por espaços onde pobreza e riqueza são vizinhas, e outro no qual a pobreza se consolida às bordas da cidade. Este último modelo representa, no caso do Anel Rodoviário de Belo Horizonte, 37 comunidades que se instalaram literalmente às suas margens, estando entre elas a Vila da Luz.

O cenário que se apresenta conduz à problematização de quais têm sido os obstáculos para ampliar, efetivamente, o acesso à moradia digna. Nesse sentido, observa-se, nos anos mais recentes, por parte da sociedade e das instituições que compõem o Estado, especialmente no que tange à tensão entre direito à moradia e à propriedade privada, um posicionamento moralizante que qualifica a moradia como um objeto de conquista por mérito e não como direito. Cabe ressaltar que tal compreensão tem se refletido em decisões judiciais, especialmente contra comunidades¹ que ocupam áreas ociosas e que, portanto, não cumpriam com a sua função social. Na capital das Minas Gerais, pode-se observar essa condição em casos como os das ocupações da Isidora, Willian Rosa, Dandara e outras da Região Metropolitana de Belo Horizonte, as quais seguem resistindo às ordens de reintegração de posse arbitradas pelo Poder Judiciário, conforme apontam Libânio e Nascimento (2016).

Farias e Diniz (2018) sinalizam para a necessidade de que a ciência psicológica se debruce sobre teóricos que compreendam “o espaço urbano como lócus de tensões e forças, em que concorrem elementos de saber-poder”. É importante salientar como o debate acerca da cidade, na Contemporaneidade, desafia a Psicologia Social a atentar-se a questões definidas por Soares e Santana (2007, p. 275) como “nem sempre usuais” para esse campo, demandando um olhar para aspectos econômicos e urbanos. Nessa perspectiva, Farias e Diniz (2018) defendem que, na produção do espaço capitalista, a cidade também se apresenta como mercadoria, o que a faz terreno fértil para a instauração de processos excludentes. Sawaia (2014), por sua vez, define tal exclusão como sendo um “processo complexo e multifacetado” (p. 8), que envolve questões “materiais, políticas, relacionais e subjetivas” (p. 8). Nesse sentido, é possível inferir que a organização espacial da cidade potencializa os processos de segregação, que podem se dar em todos os aspectos ora apontados. Causa impacto a afirmativa da autora, em sintonia com Velloso (2016), de que os processos de exclusão não são um efeito colateral do sistema, mas sim produto de seu funcionamento.

Este trabalho integra uma pesquisa,² cujo principal objetivo foi compreender os impactos, as transformações e as expectativas produzidas nas famílias que vivenciam, em sua vila, um processo judicial de remoção e reassentamento. Interessa aos autores apresentar como se deu a implantação do referido programa judicial bem como visibilizar alguns efeitos da espera nessas famílias, que passaram por diversas tentativas do Estado de realizar o seu deslocamento forçado ao longo de mais de 20 anos. Entende-se por remoção ou deslocamentos forçados, neste

1 Compreende-se como comunidade neste trabalho o que Góis (2005, p. 73) define como “um espaço de mediação entre as pessoas (e sua vida familiar), o município e a sociedade, além de ser um lugar de reconhecimento e de confirmação da identidade pessoal dos moradores”.

2 Este artigo faz parte de uma pesquisa maior, realizada exclusivamente para a escrita de dissertação de mestrado em Psicologia.

trabalho, um processo com o objetivo de realizar uma mudança não espontânea de indivíduos, famílias ou comunidades de sua moradia, vila, bairro, região, cidade, Estado, etc. No caso estudado, isso se deu com vistas a atender uma demanda estatal de duplicação de uma rodovia. Como reassentamento, por sua vez, entende-se a instalação em uma nova moradia após a realização da remoção.

Apesar dos processos de remoção no local datarem de duas décadas, a vila na qual se realizou a pesquisa começou a ser ocupada há aproximadamente 30 anos, a partir de um casarão abandonado que abrigava algumas famílias sem ter para onde ir. Atualmente a vila se compõe por mais de 600 casas, que abrigam aproximadamente 2 mil pessoas, conforme indica cadastro realizado pelo Programa Judicial de Conciliação, responsável por conduzir um processo de remoção e reassentamento nessa comunidade, entre os meses de julho e outubro de 2016. As residências foram construídas às margens e em meio às pistas de duas rodovias, uma que liga Belo Horizonte à capital do Espírito Santo e outra que liga à cidade de Sabará. Entre as pistas da rodovia, os retornos e um viaduto, a vila se divide em seis setores, figurando um território heterogêneo que também subdivide realidades socioeconômicas, de representação política e de condições de moradia.

No levantamento realizado em jornais de grande circulação, há relatos de tentativas de remoção dessas famílias desde 1999. Essas matérias costumeiramente buscam criminalizar as ocupações, não raras vezes referindo-se a essas comunidades como problemas para a cidade. Rolnik, todavia, ensina-nos que as ocupações urbanas são efeito do déficit de cidade, uma vez que há unidades vazias mesmo nas áreas mais centrais dos grandes centros urbanos (“O maior problema do Brasil é o déficit de cidade”, defende urbanista, 2016).

Na elaboração deste artigo, buscou-se destacar as dinâmicas e os arranjos familiares dos que estão envolvidos pelo processo de remoção, partindo de suas trajetórias habitacionais e problematizando a dissensão entre o tempo das famílias em relação ao tempo da Justiça e das políticas públicas (Santos & Costa, 2007). Nesse sentido, é relevante considerar a impossibilidade de se debater qualquer deslocamento forçado sem ter em conta a dimensão familiar que se agrupa nas unidades habitacionais em questão. Deve-se, portanto, considerar o contexto no qual se encontram instaladas, tendo em conta suas dinâmicas já consolidadas em relação àquele espaço.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo que se realizou está inserido na modalidade de pesquisa qualitativa. Conforme aponta Flick (2009), a pesquisa assim denominada se dispõe ao uso

de métodos abertos à complexidade, ao incomum dos temas. Nesse sentido, pode-se recordar o que Szymanski (2003) adverte, ao versar sobre as variadas formas de organização das famílias, as quais se compõem por crenças, valores e práticas desenvolvidas para solucionar as adversidades que lhes foram impostas no decorrer da vida.

Logo, fez-se presente a necessidade de uma perspectiva que, tal como prevê Minayo (2001, p. 22), pudesse dar conta de um “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” que permitiriam acessar com maior profundidade as relações, os processos e os fenômenos que não poderiam ser reduzidos a variáveis. Assim, elegeu-se a entrevista semiestruturada como instrumento capaz de captar as tensões, expectativas e os significados produzidos, ao longo desse processo, pelas famílias envolvidas.

O roteiro da entrevista foi composto por 13 questões, divididas em cinco tópicos distintos. A primeira pergunta foi formulada para saber quem habitava aquela unidade habitacional, cumpria com a função de quebrar o gelo. Os tópicos seguintes dividiram-se em chegada ao local/trajetória habitacional, com quatro questões; expectativas e espera relacionadas ao processo de remoção e reassentamento, com duas perguntas; redes de solidariedade: comunidade e família que não coabita, com mais duas perguntas; e, por fim, afiliação/pertencimento à cidade/processos de inclusão e exclusão, com quatro perguntas caminhando para o encerramento da entrevista.

Foram entrevistadas seis mulheres, tendo-se em conta a centralidade da mulher nas políticas públicas no Brasil. Nesse sentido, também é relevante apontar que, a partir do início dos anos 2000, observa-se a consolidação do referido enfoque na família para enfrentamento da pobreza. Romagnoli (2015), por exemplo, destaca a lógica territorial e a matricentralidade sociofamiliar na implantação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2014, ao passo que Carvalho (2003) e Sarti (2003) complementam, mencionando o programa Bolsa Família, de 2003. Lógica que também é seguida em programas de saúde, tal como o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), de 2008, ancorado na Atenção Básica. Carvalho (2002) ainda faz menção às políticas de habitação popular, que definem a família “como sujeito coparticipante na melhoria habitacional (urbanização de favelas, conjuntos habitacionais, assentamentos, etc.)” (p. 271). Para garantir o sigilo quanto à identidade das entrevistadas, foram usados nomes fictícios. O material foi analisado e categorizado por meio de análise de conteúdo temática (Gomes, 2001). O projeto foi aprovado com base na Resolução nº 510/2016, pelo Comitê de Ética, sob o protocolo nº 2.081.536.

3. TRAJETÓRIA HABITACIONAL

Ao buscar conhecer sobre a trajetória habitacional, procurou-se saber quem morava na casa e qual a idade de cada membro da família, porém se notou que, em alguns casos, responder sobre quem coabitava no domicílio também significava contar um pouco das transformações vivenciadas na família desde sua chegada à vila. Por exemplo, a entrevistada Simone relata que, no momento em que foi habitar a vila, morava com seu marido, sua filha e seus netos. Contudo a filha saiu de casa quando foi contemplada por outro programa de moradia realizado pela Prefeitura, tendo retornado à vila após se separar do marido. Conforme narra a entrevistada, sua filha foi expulsa do apartamento proveniente do programa habitacional e não se sente segura para voltar ou reivindicar seu direito de permanecer no domicílio outrora concedido. Relata:

Na verdade, o marido dela estava preso e fugiu da prisão, então eles estavam morando nesse apartamento que é dos dois, aí ele a agrediu e acabou sendo preso outra vez, mas, antes de ir preso, ele colocou uma outra mulher dele para morar lá . . . Depois que aconteceu tudo isso, ela ficou com medo de entrar na Justiça e acontecer algo com ela, e veio morar aqui. Outro dia, até fomos lá para ver se tinha mesmo alguém, e não tinha. Talvez a pessoa fique lá de madrugada, né? Só dorme lá, não sei, mas ele colocou essa outra mulher para vigiar. Aí, por causa do problema que ela tem e as crianças, né? Ela não pode ficar distante de mim (Simone).

Observa-se como a trajetória habitacional pode ser fluida e marcada por transformações familiares (Soares, 2015) capazes de transpor os contextos que compreendam a família nuclear e a família extensa. A filha de Simone coabitava com seus filhos, enquanto morava com a entrevistada. Ao se mudar com o marido, as crianças permaneceram na casa da avó, enquanto a mãe foi para um novo domicílio com o companheiro. O retorno marca não somente a necessidade de se organizarem espacialmente como uma preocupação quanto ao futuro da filha da entrevistada, de modo que ela expressa: “Estou preocupada, porque agora ela (filha) vai ficar aqui para o resto da vida, e o certo é ela ter a casa dela, né? . . . É difícil conseguir casa, e ela não está trabalhando” (Simone). A permanência dos filhos com a avó aponta para o afastamento das redes de apoio e solidariedade da filha de Simone, além de denotar que o acesso à moradia digna (ainda que mediada pelas políticas públicas já existentes) é insuficiente para acompanhar as dinâmicas familiares.

Na família de Olga, é possível observar movimento semelhante, uma vez que sua filha também se mudou após se casar. Contudo essa mudança não caracterizou um afastamento muito significativo, dado o fato de a filha ter permanecido morando na vila, conforme relata: “É eu, meu filho e Deus. Era eu, ele e minha filha. Aí ela casou, né? E está morando lá embaixo . . . Aqui na

vila, mesmo” (Olga). A esse respeito, recorda-se o que descreve Soares (2015) sobre as moradias secundárias em famílias de camadas médias e seus usos para lidar com o crescimento da família pela via do recasamento ou a necessidade de mudança para residência maior, a fim de abarcar a família. No caso daquelas que integram as camadas populares, observa-se que a alternativa é continuar ocupando, como ocorre com a filha de Olga, ou retornar à casa da mãe, quando acontece a separação, assim como se passou com a filha de Simone, tendo como solução ao crescimento familiar, quando possível, a construção de um cômodo adicional ou outra casa no mesmo terreno.

Cabe lembrar que Harvey (2013) defende a existência de uma cidade dinâmica, pronta para atender às necessidades e às transformações ocorridas na vida das pessoas, tratando-se não somente de um processo natural, como uma expressão da liberdade que permite “fazer e refazer a nós mesmos e as nossas cidades” (p. 28), devendo ser este, segundo o autor, “um dos mais preciosos direitos humanos” (p. 28). Dessa maneira, seja naquilo que concerne à possibilidade de a filha de Simone sair da casa da mãe e retornar, após a separação, ou na saída da filha de Olga, ao casar-se, deveria ocorrer um processo que se desdobrasse de forma mais simples e dinâmica, conforme indicado por Harvey (2013). Aparentemente, a cidade não está pronta para lidar com as transformações na vida das pessoas que compõem as camadas menos favorecidas da sociedade, de modo que elas são forçadas, tal como demonstram os casos mencionados, a continuar recorrendo à cidade irregular.

A propósito do déficit habitacional, ao narrar suas trajetórias habitacionais, era comum que as entrevistadas justificassem sua mudança para a vila em virtude da dificuldade de pagar aluguel. Nesse sentido, é relevante recordar que, segundo a Fundação João Pinheiro (2016), desde 2011, o componente mais expressivo do déficit habitacional é o ônus excessivo com aluguel, o que é coerente com os resultados encontrados no campo. Cabe ressaltar que, na Região Sudeste, 50,4% das famílias urbanas que compõem o quadro do déficit habitacional estão associadas ao componente do aluguel, “perfazendo um total de 1,467 milhão de famílias” (Fundação João Pinheiro, 2016, p. 43). Olga, ao ser perguntada sobre qual era sua situação de posse antes de ir para a Vila da Luz, narra:

Aluguel. Eu casei em 1992, aí fui morar no Jardim América. Morei lá três anos. Aí, depois de três anos lá, fui morar no São Marcos, onde morei por um ano e meio. De lá, fui para o Maria Goretti e, de lá, vim para cá e estou aqui até hoje, graças a Deus. Em todos esses lugares, eu morava de aluguel. Só aqui que não (Olga).

A moradora explica que a ida para a vila foi a solução encontrada para lidar com as dificuldades geradas pela perda de emprego do marido, que passou a viver

de trabalhos eventuais, sem a formalização de vínculo trabalhista. Recordando essa situação, ela narra sua chegada à vila, ocorrida em 1996, quando ainda havia apenas três barracos de lona no local:

Oh, eu morava no Maria Goretti. Aí meu marido ficou desempregado, e aí não conseguiu pagar aluguel, nem água e nem luz. Aí ele estava carregando caminhão de areia e viu aqui, o povo invadindo aqui. Aí o amigo dele perguntou por que ele não vinha para cá, cercava um pedacinho e construía também. Aí, um domingo ele sumiu, e vários outros domingos, ele sumiu também . . . Dava domingo, e ele desaparecia e só voltava depois. Aí, depois de um bom tempo, ele me trouxe aqui e estava tudo isso aqui cercado de madeirite e uma lona em cima, com madeirite também. Passavam os carros aqui na BR e clareava a casa toda (Olga).

No relato de Olga sobre a sua chegada à vila, ela revela que, a despeito das dificuldades encontradas no processo de instalação, foi lá o lugar onde ela se sentiu em casa. Ao longo de sua entrevista, relatou uma trajetória de muito sofrimento e fragilidade, tendo passado por três internações psiquiátricas devido à depressão. Observa-se, portanto, a necessidade de se articularem às políticas habitacionais outras políticas públicas, as quais considerem um contexto no qual se atravessam demandas por emprego, assistência social e saúde mental, como pode ser notado na explanação de Olga. Fica clara, em sua fala, como o aluguel era fonte de preocupação e sofrimento, tendo a moradia na vila exercido um importante papel para que ela pudesse estabilizar-se emocionalmente, conforme se observa:

Tirando os três anos que vivi no Jardim América, que gostei muito, sempre foi um tormento para mim [sic] morar nesses outros lugares . . . Estava sempre tudo difícil, pagar aluguel, meu marido perdendo emprego, as crianças para eu cuidar. Foi só aqui que eu fui ter força, até para acompanhar o meu marido. Antes de vir, eu fui ficando mal, conta de luz, água, os meninos para criar . . . O marido desempregado. Eu fui cair lá no hospital psiquiátrico. Depois que vim, eu tive força até para acompanhar meu marido até a sepultura (Olga).

Simone e Heliana também foram para a vila por não terem mais condições de pagar o aluguel. Simone se mudou do interior do Estado para Belo Horizonte, buscando melhores condições de vida e oportunidades de emprego; já Heliana mudou-se de um bairro das proximidades, hoje considerado um bairro de classe média, conforme relatam:

Eu saí de Várzea da Palma e vim para cá, fiz isso por necessidade, pois Várzea da Palma é muito pequeno, não tem muita oportunidade lá. Então vim por necessidade mesmo (Simone).

Ah, nós morávamos de aluguel, né? E meu marido trabalhava na serralheria e viu uma amiga minha aqui na vila, que eu não via há tempos. Aí ela falou que tinha um terreno na vila para vender e como a gente estava morando de aluguel, né? Aí ele comprou e me

falou que ia construir aqui . . . A gente morava no bairro São Paulo. Ah, se eu pudesse, eu morava lá até hoje, mas aluguel, né? Casa dos outros . . . Não dá não. E hoje as casas lá são todas chiques (Heliana).

É importante observar que, nesse percurso, se estabelecem movimentos de tensão e resistência, visto que, ao não poder arcar com o aluguel, as moradoras, em tese, estariam impossibilitadas de habitar a cidade, ou seus espaços mais centrais, conforme apontam Costa (1994) e Maricato (2013). Todavia, como alternativa de resistência, surge a possibilidade de ocupar/habitar uma área, ainda dentro da capital, mesmo que sob *status* de ocupação irregular. Cabe destacar que o bairro São Paulo está situado na Região Nordeste e próximo ao Vetor Norte, que, entre os anos de 2004 e 2014, foi afetado por grandes intervenções urbanas, como as obras no Aeroporto de Confins, a construção da Cidade Administrativa e as obras para a Copa do Mundo, conforme apontam Nabuco, Fonseca e Legroux (2017). Tais empreendimentos urbanos, ainda segundo os autores, resultaram em processos de gentrificação na região, decorrentes da especulação imobiliária que se seguiu às obras de infraestrutura. Processo coerente com o que descreve Heliana em sua fala.

Há, também, casos de moradoras cuja família chegou a residir em casa própria, tendo, contudo, de se mudar para a vila por outras razões além da impossibilidade de pagar aluguel. É o caso de Rosângela, que se mudou de outro Estado, junto de seu marido, que havia sofrido um acidente de trabalho, buscando tratamento de saúde para ele. Fato que revela como a ausência de políticas públicas de saúde em sua cidade foi preponderante para esse deslocamento, que exigiu a saída do local onde morava. Também é relevante apontar que, embora vivesse em uma residência própria, em seu Estado de origem, ao chegar a Belo Horizonte, coabitaram com uma de suas filhas, até saberem da ocupação:

Meu marido veio para fazer um tratamento no olho. Lá [em outro Estado], ele tirava coco, aí ele bateu na madeira e um pedaço de lenha foi no olho dele . . . Fomos para [outro Estado], tinha um rapaz que mexia com política lá e estava ajudando a gente, mas acabou que não deu certo . . . Aí minha menina estava aqui, em Belo Horizonte, . . . Aí viemos, e o tratamento, nada até hoje. Um dia, meu genro falou que estava ocupando aqui e, para não ficar nas costas da minha filha, a gente veio pra cá e começou a trabalhar com reciclagem (Rosângela).

Observa-se que a ocupação foi uma alternativa encontrada para não precisarem coabitar junto da família de sua filha. Após a mudança do casal, duas filhas que moravam em sua cidade de origem também se mudaram para a vila, onde passaram a morar na casa de Rosângela. Contudo, dois anos após a chegada do casal, houve um incêndio que destruiu a casa, de modo que, durante o processo de reconstrução, fizeram mais duas casas ao lado, sendo uma para cada filha.

Mais uma vez, portanto, o problema da coabitação de mais de uma família se resolve pela via da informalidade.

Elisabeth também precisou se mudar para a vila, embora tivesse casa própria. Em seu caso, tal mudança se deu em virtude de ameaças que sua filha estava recebendo de um rapaz com quem tivera um relacionamento, que resultou em um filho. Embora já morasse anteriormente na RMBH, acreditou que sua passagem pela vila seria provisória, até que a situação com o antigo companheiro de sua filha se acalmasse, conforme observa: “Tem uma prima minha que mora ali embaixo. Aí ela falou desse barraco para a gente comprar. Aí viemos pra ficar um tempo e tá aí o tempo: dez anos. Eu gosto daqui, é um lugar muito bom de viver” (Elisabeth).

A moradora Elza conta que sua trajetória na Vila da Luz pode ser dividida em dois tempos. O primeiro deles é marcado por sua chegada à vila, quando ainda não havia nenhuma construção, fato que ocorreu em 1984, segundo seu relato:

Moro aqui há mais de 20 anos. Vim para cá logo que inaugurou. Na verdade, eu vim, saí, voltei e fiquei. Da primeira vez, eu morei no Casarão, há uns 33 anos atrás, não tinha casa nenhuma aqui, era tudo mato. Ali onde é a rodovia, era um campo de futebol e só tinha a rodovia ali por onde você veio, o viaduto fizeram depois de um acidente . . . Depois ganhei uma casa no Padre Miguel. . . Morei no casarão uns três anos e fui para o Padre Miguel. Como não conseguia emprego fichada e lá era muito difícil para eu sair com meu carrinho, para catar material reciclável, eu troquei a casa que ganhei lá por outra aqui na Vila, bem no incininho dela (Elza).

O relato de Elza reflete um problema do modelo de política pública de habitação praticado no Município de Belo Horizonte, conforme apontado por Libânio (2016), ao não garantir a permanência da família no local onde habita. Efeito disso é a privação de recursos materiais e afetivos já construídos ao longo do período em que esteve na residência que ocupava antes do reassentamento (Libânio, 2016). Ao ser deslocada para outro local, onde não encontrou condições adequadas para criar seus filhos, Elza voltou à vila de onde saiu, novamente na condição de ocupante. É importante dar atenção ao fato de que, antes da mudança, a moradora já tinha uma ocupação laboral bem como a estrutura necessária para gerar renda, a qual foi impossibilitada de sua manutenção quando foi morar em outro bairro, onde, a despeito de sua expectativa, não conseguiu se inserir no mercado formal de trabalho, tampouco contou com alguma estratégia da política pública para que pudesse se sustentar e estabelecer novas redes no local para onde havia se mudado. O retorno de Elza à Vila da Luz conflui com a noção de resistências das populações às próprias políticas habitacionais, conforme descrito por Santos e Mayorga (2017).

Elza recorda sua vida com notório orgulho de sua trajetória, ainda que, em alguns momentos, não consiga esconder sua dor, não obstante o sorriso que sustenta. Parece ser motivo de orgulho sua narrativa de superação. Recorrentemente, ela deixa claro como gostaria de tornar pública sua história,³ contando que a entrevista da qual ela participa na execução desta pesquisa pode ser uma oportunidade de fazê-lo. Fica manifesto como a sua trajetória habitacional, desde a infância, quando deixou sua casa para fugir da violência do padrasto, comporta elementos viscerais, os quais vinculam o ato de morar aos eventos que compõem sua trajetória de vida e o desejo de ir para um lugar de onde não precise mais sair, o que também se percebe nas entrevistas com todas as outras moradoras. Dessa maneira, faz-se possível compreender processos de composição e recomposição das histórias familiares que são tangenciadas por seus percursos habitacionais (Sarti, 2005; Soares, 2015).

Olga, assim como Elza, tem o desejo de sair da vila para um lugar definitivo. Considera que aquele local não é mais para ela, embora a remeta a memórias significativas:

Eu quero sair daqui, para um lugar definitivo e sem as coisas erradas daqui. Às vezes, tem tiro, casal brigando, gente usando droga, acidente na BR . . . Aqui eu criei meus filhos, casei minha filha, hoje já tenho até uma netinha de 1 ano e meio, ela é uma gracinha, já está falando um tanto de coisas, outro dia falou “vovó”. Mas aqui não é lugar pra mim (Olga).

Parece haver uma ambivalência entre sair e ficar, conforme demonstra a fala da moradora Olga, quando perguntada sobre como seria pensar que a vila deixará de existir:

Eu sinto tristeza . . . Eu quero sair daqui, mas sinto tristeza porque, depois que cheguei aqui, que eu tive paz. Mas vou sentir falta dos vizinhos, das pessoas que conheço . . . Porque foi onde eu vim com o meu marido. Se eu pudesse pagar até aluguel, água e luz, eu saía, mas já tive muitos bons momentos aqui dentro. E muitos maus momentos, também. Acontece muita coisa errada aqui, e isso me deixa preocupada. Mas esse lugar tem uma história muito importante na minha vida, né? (Olga)

Diante da mesma indagação, outra entrevistada pareceu sinalizar para o esvaziamento de sua história, provocado pela modificação do espaço:

[Silêncio longo] Ah . . . Vai ficar muito esquisito isso aqui. Acho que vai ficar muito esquisito. Para mim, vai ser igual no São Gabriel, que tirou as famílias tudo, tirou a fábrica de biscoito. A gente sempre ia lá comprar. Vendia tudo que era tipo de biscoito, biscoito de polvilho, de nata . . . Vai ficar muito estranho passar aqui e ver. A gente vai pensar assim: “Nossa, eu morei nesse lugar” (Elisabeth).

3 Em razão dos procedimentos éticos exigidos, manteve-se o anonimato da entrevistada. Todavia, o desejo dela em tornar pública sua história levanta a importância de se considerarem tais casos para expressar a identidade real dos sujeitos envolvidos.

Os relatos das moradoras remontam a uma longa trajetória habitacional, carregada de afetos, desejos, frustrações e privações. Configura-se, portanto, um espaço repleto de sentidos que ressoam nas vidas dessas moradoras bem como memórias que não podem ser desmanchadas com o desaparecimento da vila. Enuncia-se, então, um movimento de expectativas e espera pelo momento em que não mais estarão naquele espaço, que, diferentemente dos patrimônios arquitetônicos tombados nas áreas centrais da cidade, não deixará resquício físico de sua existência, tal como prevê Simone: “Eu penso que aqui vai ser alguma coisa, assim, igual no Bairro São Paulo, limpo, né? Mais bonito. Imagino que vão fazer algo bonito aqui”. O evento ao qual Elisabeth se refere é parte das grandes intervenções urbanas realizadas entre os anos de 2004 e 2014, quando também foi feita a Estação São Gabriel, integrando linhas de ônibus ao metrô, bem como realizando o deslocamento forçado de famílias e comércios situados próximos à linha do metrô, no Bairro São Gabriel.

4. A ESPERA DAS FAMÍLIAS

O processo de remoção e reassentamento na vila em questão pode ser caracterizado por movimentos completamente distintos, os quais costumam ocorrer descompassados. Se, por um lado, a família é inevitavelmente dinâmica, tal como suas demandas e necessidades, o Estado caminha em outro ritmo. Para além desse descompasso (Carvalho, 2003), há o problema da descontinuidade dos trabalhos outrora iniciados, como se evidencia após a realização de cinco cadastros na vila em questão, conforme relata Heliana:

Acho que já teve uns quatro cadastramentos. Um da Urbel, um do DNIT, outro da Polícia Federal . . . Aí as mães cadastraram a gente também. Até fizeram uma ata e fundaram a associação. Aí uma pessoa aproveitou que estava tudo mastigado e começou a falar que ela era da associação. Falou que a associação estava muito torta e tal, e veio com esse tal do CMAR.⁴ E teve um cadastramento na casa dela, aqui na vila. E teve o cadastramento do Rondon também, foram cinco, então (Heliana).

Cabe explicar que a realização de cada um desses cadastramentos implica uma série de compromissos dos moradores com a instituição que está executando o trabalho. Entre eles, destaca-se o congelamento da residência, em consequência do processo de selagem, significando que o morador não poderá fazer nenhuma obra ou reforma em sua casa e, caso o faça, os valores gastos não serão contabilizados em sua indenização. É importante salientar que as famílias têm suas próprias dinâmicas, tais como uniões, separações e nascimentos de filhos. A cada instituição que inicia seus trabalhos, gera-se um movimento que tende a forçar a paralisação (Bauman, 2009) das vidas daqueles que integram as famílias

⁴ Comunidade dos Moradores em Áreas de Risco.

envolvidas no referido processo, até que ele seja novamente interrompido, conforme vem ocorrendo ao longo de quase 30 anos.

Bauman (2009) adverte que “A vida numa sociedade líquido-moderna não pode ficar parada” (p. 9), sob o risco de perecer, em um contexto cujo tempo veloz e a pressa do novo não esperam um acordo entre o tempo das instituições e das famílias (Santos & Costa, 2007) para avançar. Ainda que sob risco das penalizações decorrentes de não ceder a essa pressão, faz-se adequado perguntar se o Estado realmente tem o poder de paralisar essas famílias, conforme questionado no título deste trabalho.

Ao longo das diversas intervenções para remoção da vila em questão, foram variados os tons utilizados na interlocução com a comunidade. Os moradores tiveram de lidar com a notificação ameaçadora do DNIT, que, em 2008, enviou um ofício para toda a comunidade, dando aos moradores o prazo de 15 dias para deixarem suas moradias. Em outro momento posterior, houve o tom utilizado pelo Judiciário, que chamou o processo de conciliação entre DNIT e comunidades. Como efeito, contratou-se o Instituto Rondon Minas, instituição do Terceiro Setor, para conduzir os trabalhos periciais e de acompanhamento junto à comunidade, para melhor identificação de suas peculiaridades e demandas, tendo sido suspenso pelo Judiciário em novembro de 2016. Tais experiências, na prática, acabam por revogar aquilo que Harvey (2013) define como a liberdade na cidade, visto que as pessoas se encontram à mercê do discurso de instituições que, na melhor das hipóteses, mostram-se dispostas a negociar seus direitos.

Quando questionada a respeito de suas expectativas sobre o processo de remoção e reassentamento na vila em questão, Heliana demonstra, além de incredulidade, a condição de espera dos moradores, conforme se observa:

Ham! Nada (gargalhada), porque, fora eu, que moro aqui há 20 anos, escuto que “vai tirar, vai tirar, vai tirar”. O povo que mora aqui há mais de vinte anos já teve filho, já teve neto e não tira coisa nenhuma! . . . Teve uma carta que a vila inteira recebeu, uma carta dando quinze dias para sair, sem nada, ou a Polícia ia tirar nós (Heliana).

A fala de Heliana, além de evidenciar a condição de espera na qual a vila se encontra, revela a tensão que se instala no momento em que surge a ameaça do despejo compulsório, gerando um movimento de resistência dos moradores, conforme relata:

Foi o terror, porque juntou a vila toda e fechou as três pistas da BR, tacando fogo em pneu. Foi uma guerra! A gente fechou porque tem que chamar a atenção das autoridades, né? Eles queriam mandar a gente para abrigos, e quem tivesse dinheiro pagava aluguel (Heliana).

Velloso (2016) define como “arquitetura da insurreição” (p. 88) a implicação de corpos e comportamentos que se engajam em experiências e práticas políticas exercidas no espaço urbano. Para a autora, “O agir dos insurretos implica certamente na ruptura de muitos laços, nenhum deles apartados da cidade ou – pelo menos – dos resultados do urbanismo que a desenha” (pp. 88-89). O relato de Heliana é potente em evidenciar como essa ruptura pode se conceber no plano da cidade, evidenciando como aquele fragmento da periferia, esquecido nas margens de uma rodovia federal, faz-se central ao provocar impacto real no transporte e circulação de cargas.

Observa-se, portanto, como no ano de 2008, a vila se mobiliza politicamente para lidar com a ameaça do despejo materializada pela carta do DNIT, mostrando seu potencial articulador e reivindicatório na arena política e da ação coletiva (Velloso, 2016). Dez anos após o ato de resistência, a vila permanece resistindo. Embora não haja um consenso claro entre permanecer e sair da vila, o movimento demonstra que não sairão sem garantias mínimas de uma moradia digna:

Eu gosto daqui, é um lugar muito bom de viver . . . Se dependesse de mim, eu não saia daqui não . . . Se tem que sair, que seja para um lugar melhor, né? (Elisabeth)

Aqui é bom, menino, só é ruim essa BR. Trabalho é bom aqui, graças a Deus (Rosângela).

Identifica-se no contexto que se instalou ao longo dos últimos vinte anos, como já exposto por Heliana, um círculo vicioso, no qual se instituem, destituem e reinstituem processos de remoção na comunidade. Percebe-se, com isso, o encadeamento de violências que se perpetram contra essas famílias, pela falta de garantia de que os moradores da vila não possam permanecer morando no local onde se encontram nem tampouco seguir normalmente com sua vida, em outro lugar, a despeito de suas determinações legais (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; *Lei nº 10.257, 2001*).

Na contramão da lógica que se instala em uma sociedade líquida (Bauman, 2009), a condição de espera marca a vida das famílias instaladas na vila em questão. Ainda de acordo com Bauman (2009), encontram-se como competidores de um jogo para o qual não se dispuseram a fazer parte. Ocorre que, “para eles, participar do jogo não é uma escolha, mas também não têm a opção de ficar de fora” (Bauman, 2009, p. 11). Nesse contexto, causa impacto a fala de Elza, ao ser perguntada sobre como é para ela e sua família morarem na vila:

É a opção, né? É opção que fala? Ah, eu não gosto. Se eu fosse assalariada, recebendo um salário mínimo, uns 900 reais, dava para pagar aluguel. A gente corre risco de vida. Aqui, tem muito mofo, vem muito bicho, e, aqui, você pode ver no chão, agora até que não está

muito, mina água. Nós corremos risco de vida por causa da BR, que é muito perigosa e, se você quiser sair da vila, você tem que atravessar a BR, tem polícia trocando tiro com os malandros, tem o risco da casa cair. A gente até chegou a procurar casa, mas o Programa Judicial parou, né? A gente tinha achado um tanto de casa maravilhosa aqui pertinho, mas, infelizmente, parou tudo (Elza).

A fala de Elza é rica em elementos para compor esta discussão. Sua condição de espera está claramente vinculada ao funcionamento do programa judicial. Nesse sentido, ela explica que foi considerado, pelos engenheiros do programa, que sua casa tem risco de desabamento. Contudo, atualmente, o programa judicial e a Urbel estão concentrando suas ações na compra de moradias definitivas para os moradores que, diferentemente dela, foram para o aluguel social. A moradora infere que essa condição também é consequência de sua situação socioeconômica, relatando que, se tivesse a segurança de um salário, caso houvesse a opção de emprego formal, poderia arcar com os custos de um aluguel.

Elza demonstra, mais uma vez, ter razão quanto à hesitação no uso da palavra opção para explicar o motivo de morar na vila, visto que o acesso à cidade está além dos seus esforços (Harvey, 2013). Insegurança que se mostra coerente com o que diz Bauman (2009), ao denunciar que “A vida na sociedade líquido-moderna é uma versão perniciososa da dança das cadeiras jogadas para valer” (p. 10). Esse jogo favorece aqueles que se localizam no topo da pirâmide social, ao contrário da moradora, que se encontra inserida à margem (Sawaia, 2014) dos limites da cidade formal. Nesse sentido, Bauman (2009) explica que há competidores para quem “participar do jogo não é uma escolha” (p. 11). Esse fato pode ser constatado na fala esperançosa da moradora quanto à remoção por vir, no anseio de que a sua chegada possa lhe ofertar novas opções:

No fundo, a gente tem uma esperança de que vai acontecer, né? O pessoal já está procurando casa para morar. Com 100 mil, você compra uma casa muito boa, né? Mas aí o pessoal reclama de tudo nas casas que acham. Eu só quero uma casinha com fundinho de terra firme para jogar umas couves, um almeirão, um quiabo . . . Só para eu comer mesmo. Se pudesse ter um galo e umas galinhas também seria bom, para ter uma renda. Boto uns ovos pra chocar, e logo tenho uns frangos que posso vender e manter alguns para continuar aumentando a criação. Seria uma boa, né? Assim dá para ter um dinheirinho e para eu comer também. Seria muito bom eu ter uma casinha minha e sair dessa situação. Você está vendo que as paredes estão cobertas com lençóis? É por causa do mofo, aquelas paredes estão todas mofadas. Eu só tenho essa janela aqui em casa (Elza).

Outras moradoras também trazem em suas falas a expectativa de um lugar sonhado, conforme se observa:

Eu só peço a Deus que dê um canto para a gente, que dê para nos resguardar da chuva, do sol. Eu peço a Deus um lugar onde eu tenha paz, porque aqui eu não estou tendo. A esperança é a última que morre. Eu tenho esperança (Olga).

Ah, vai ser bom, né? Porque a gente vai ter uma casa grande, uma casa boa, que não seja tão quente. Aqui é muito quente (Elisabeth).

Evidencia-se como a expectativa da nova moradia acarreta, de um conjunto de significados que articulam demandas concretas, como a necessidade de garantir a sua subsistência e a da família, a desejos mais abstratos, os quais, normalmente, referem-se a um lugar melhor, uma casa maior, onde a vida será mais viável. Lourenço (2014) argumenta que os estratos populares reivindicam questões muito mais básicas e urgentes, relacionadas à sua subsistência, como expressa Olga, ao dizer que tem a expectativa de um lugar que lhes resguarde da chuva e do sol.

Diante das expectativas ora apresentadas e os movimentos institucionais que pautaram os eventos ao longo dos últimos anos, observa-se um deslocamento da configuração desse processo de remoção e reassentamento, no qual ele deixa de ser uma clara ameaça para tornar-se uma promessa. Todavia, as repetidas interrupções do processo acabam produzindo uma atmosfera de incredulidade, tal como se nota:

Ah, eu não tenho esperança, não. Pelo tempo que tem isso aí . . . Eu sou que nem Tomé: é ver para crer . . . Toda vez, é isso. Chega, diz que vai sair, e nada (Rosângela).

Nó! Só Deus! Tem que descansar em Deus, porque isso aqui já virou uma novela. Cada dia, fala uma coisa: “tem dinheiro”, aí, depois, “não tem dinheiro”. Aí, com o pessoal do Rondon, a gente sentiu que estava andando, mas aí veio o abacaxi . . . A gente está cheio de promessas demais, eu acredito é em Deus (Simone).

A incredulidade que se observa nas falas mencionadas dá notoriedade ao cansaço vivido pela comunidade. Descrença e cansaços que também são expressos por algumas das entrevistadas, ao serem perguntadas sobre como é pensar que a vila deixará de existir:

Olha, eu não acho que vai deixar de existir, não . . . Sempre fala que vai, mas não vai (Heliana).

[Respira fundo e muda o semblante] Acho que não vai deixar de existir, porque sai um e vem outro, mas, se deixar de existir, eu acho que é uma boa, pois dizem que aqui vai ser uma rodoviária, com hotéis, restaurantes, essas coisas pra turistas (Elza).

Monteiro (2002) apresenta como definição de gentrificação o processo de substituir uma população de classe social mais baixa, ocupante de determinada região, por outra de maior poder aquisitivo, provocando uma mudança na estrutura social urbana. Efeito da especulação imobiliária, tal fenômeno pode ser notado como algo naturalizado especialmente na fala de Elza. A despeito de todo desprendimento que pode surgir ao narrarem o desejo de ir para uma moradia

em condições melhores, é notório que haja um vínculo entre as moradoras e a vila. Entre os elementos que compõem essa relação com o espaço onde construíram significativa parte de suas vidas, conforme referenda Velloso (2016), foi necessário que se rompessem alguns laços, ora com as instituições, outrora com seus anseios e, em determinados momentos, com a própria comunidade.

Pode-se considerar como obstáculo para a promoção do direito à moradia a difícil compreensão de que a efetivação de um direito não é produto de mérito. No contexto das políticas de habitação, a concessão de moradias, não raras vezes, tem sido apresentada e reconhecida como benfeitoria dos órgãos públicos. A política do favor, em contraposição à política pública, representa um retrocesso para a ação política e autonomia dos sujeitos, não raramente promovendo disputas por mínimas condições de subsistência. Nesse contexto, se estabelece um forte juízo moral contra os pares, julgados como não merecedores, ao passo que a conduta destes é a razão da interrupção de ações assistencialistas. Fato que pode ser observado na fala seguinte de Rosângela:

A gente ganhava muita cesta básica aqui. Aí o povo ali estava trocando por droga, aí parou . . . Vinha um pessoal no dia 5, ou no dia 10, e no dia 20 vinha outro. Aí parou de vir. O povo ficava trocando por droga . . . Eles tinham muita boa vontade, né? Gastava para comprar a cesta básica, gastava com carro, gasolina, pneu para vir aí, e o povo ia lá e trocava tudo . . . Não merecia mesmo não. Mas aí todo mundo ficou sem (Rosângela).

A fala de Rosângela é composta por nuances que revelam o caráter conflituoso de quem encontra suas necessidades mais básicas subjugadas por discursos e pensamentos dominantes. Se, por uma perspectiva, é possível observar um forte elemento moralizante, que conflui com a visão hegemônica de mérito; por outro, é possível inferir que há um aspecto característico das estratégias de sobrevivência (Sarti, 2005) que se expressa como um mecanismo de enfrentamento à sua própria situação de pobreza. Equivale a dizer que é na reprodução do discurso de mérito que ela se diferencia daquele que considera não merecedor.

A tensão que surge com o cessar da benfeitoria da cesta básica ilustra bem a disputa que se instala, promovendo um movimento que, além de desmobilizar, rompe laços relevantes para a comunidade. Para além disso, é nítido como a política do favor sempre exige algo em troca: às vezes um voto, uma mudança de hábitos ou, mesmo, um agradecimento. É preciso que a comunidade compreenda que a garantia de seus direitos não depende, e nem pode depender, de nenhum juízo de mérito ou de troca.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a década de 1970, momento em que ocorre a crise de relevância da Psicologia Social, a Psicologia Social Comunitária vem procurando definir-se como campo teórico. Uma vez que é indiscutível a consolidação da PSC no Brasil como um expressivo campo da Psicologia Social (Gonçalves & Portugal, 2012), é relevante observar seus movimentos de expansão, tal como vêm se dando na interface entre a Psicologia, os territórios e a cidade. Nesse contexto que se formulou este trabalho, em busca de contribuições que permitissem organizar, no campo da Psicologia, aproximações entre as temáticas da família, do espaço e da moradia.

No desenvolvimento da pesquisa, mostrou-se relevante a escolha de seis mulheres responsáveis principais por seus domicílios, para realizar entrevistas semiestruturadas, uma vez que todas trouxeram elementos tanto referentes ao processo de remoção e reassentamento como das vivências familiares ao longo dos efeitos que se desdobram de tal processo.

Ao longo dos anos em que estiveram sob a ameaça de remoção e reassentamento, pelos quais ainda aguardam, essas moradoras desenvolveram expectativas quanto à vida em outro lugar. Tais expectativas foram atravessadas por frustrações em virtude de diversas interrupções ocorridas desde a fundação da vila. Nesse contexto, ocorre a tentativa de paralisação das vidas dessas pessoas (Bauman, 2009), uma vez que se encontram impedidas de reformar, ampliar ou de vender suas casas em virtude de um processo de remoção que estaria por vir.

Observou-se, contudo, a potência de uma atuação política na ação dessas mulheres, dispostas a transcender a condição de espera que o Estado tenta impor. Ação que se exprime no fechamento das rodovias, quando entendem ser necessário dar visibilidade à presença da comunidade e suas demandas, e às denúncias das ações truculentas do Estado. Essa postura também é vislumbrada no fato de seguirem vivendo suas vidas a despeito das ordens para que elas fossem paralisadas, enquanto não acontecem as remoções. Assim, essas mulheres enfrentam, em seu cotidiano, o desafio apresentado por Sawaia (1995, p. 24), de “enfrentar os novos e criativos processos de exclusão que se constroem incessantemente”.

Aponta-se, para produções futuras, a necessidade de que as políticas de habitação se articulem às outras políticas públicas. Também se faz potente um debate sobre as trajetórias de famílias das camadas populares pela cidade, o que permitirá compreender melhor os processos de gentrificação que expulsam essas famílias de áreas de interesse do mercado imobiliário, a despeito da garantia de seus direitos. Este trabalho buscou traçar algumas linhas sobre a necessidade

da Psicologia Social, lançar um olhar para a cidade em sua forma complexa, considerando-se a vivência nos espaços e a atuação das instituições, que, neste estudo, demonstram não dar conta do tempo de transformação das comunidades e das famílias que nelas habitam.

REFERÊNCIAS

- Bauman, Z. (2009) *Vida líquida*. (2a ed., C. A. Medeiros, Trad.). Zahar.
- Carvalho, M. (2002) Família e políticas públicas. In A. R. Acosta, & M. A. F. Vitale (Orgs.), *Família: redes, laços e políticas públicas*. (pp. 267-274). IEE/PUCSP.
- Carvalho, M. (2003). O lugar da família na política social. In *Família contemporânea em debate* (7a ed.). EDUC, & Cortez.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Senado Federal. https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.asp
- Costa, H. (1994). Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte. In R. L. Monte-Mór. (Org.). *Belo Horizonte: espaços e tempos em construção*. (Vol. 1, pp. 51-77). Cedeplar/PBH.
- Farias, T., & Diniz, R. (2018). Cidades neoliberais e direito à cidade: outra visão do urbano para a psicologia. *Psicologia Política*, 18(42), 281-294. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n42/v18n>
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Artmed.
- Fundação João Pinheiro (2016). Centro de Estatísticas e Informações. *Déficit Habitacional no Brasil 2013/2014*. FJP. <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/informativos-cei-eventuais/634-deficit-habitacional-06-09-2016/file>.
- Góis, C. W. L. (2005). *Psicologia comunitária: atividade e consciência*. Instituto Paulo Freire do Ceará. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/42537>
- Gomes, R. (2001). A análise de dados em pesquisa qualitativa. In M. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. (18a ed., pp. 67-79). Vozes.
- Gonçalves, M., & Portugal, F. (2012). Alguns apontamentos sobre a trajetória da Psicologia Social Comunitária no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32 (ed. esp.), 138-153.
- Harvey, D. (2013). A liberdade da cidade. In C. Vainer, D. Harvey, E. Maricato, F. Brito, J. A. Peschanski, J. L. Souto Maior, L. Sakamoto, L. Secco, M. L. Iasi, Mídia Ninja, M. Davis, Movimento Passe Livre, P. Arantes, P. R. Oliveira,

- R. Rolnik, R. Schwarz, R. Braga, S. Viana, S. Žižek, & V. A. Lima, *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. (pp. 27-34). Boitempo. (Coleção Tinta Vermelha).
- Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. (2001, 10 de julho). Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm
- Libânio, C. (2016). O fim das favelas? Planejamento, participação e remoção de famílias em Belo Horizonte. *Cadernos Metrópole*, 18(37), 165-784.
- Libânio, C., & Nascimento, D. (Orgs.). (2016). *Ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Favela é Isso Aí. (Prosa e Poesia no Morro, 3)
- Lourenço, T. (2014). *Cidade ocupada*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-9QRGL5>
- Maricato, E. (1987). *Política habitacional no regime militar*. Vozes.
- Maricato, E. (2013). É a questão urbana, estúpido! In C. Vainer, D. Harvey, E. Maricato, F. Brito, J. A. Peschanski, J. L. Souto Maior, L. Sakamoto, L. Secco, M. L. Iasi, Mídia Ninja, M. Davis, Movimento Passe Livre, P. Arantes, P. R. Oliveira, R. Rolnik, R. Schwarz, R. Braga, S. Viana, S. Žižek, & V. A. Lima, *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. (pp. 19-26). Boitempo. (Coleção Tinta Vermelha).
- Mello, S. (2014). A violência urbana e a exclusão dos jovens. In B. Sawaya (Org.), *As Artimanhas da exclusão*. (pp. 131-142). Vozes.
- Minayo, M. (2001). (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Vozes.
- Monteiro, C. M. G. (2002). Revitalização, habitação em áreas históricas e a questão da gentrificação. In *Gestão do patrimônio cultural integrado*. (pp. 287-290). Universitária da UFPE.
- Nabuco, A., Fonseca, D., & Legroux, J. (2017). *À procura de evidência empírica acerca dos processos de segregação socioespacial em grandes projetos urbanos: o caso do Vetor Norte de Belo Horizonte*. [Apresentação de trabalho]. 17º Encontro Nacional da ANPUR, São Paulo. <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1542/1521>

- “O maior problema do Brasil é o déficit de cidade”, defende urbanista. (2016, 25 de outubro). *Globo News*. <https://g1.globo.com/globo-news/noticia/2016/10/o-maior-problema-do-brasil-e-o-deficit-de-cidade-defende-urbanista.html#:~:text=O%20programa%20ouviu%20a%20urbanista,presas%20no%20tr%C3%A2nsito%20das%20metr%C3%B3poles>.
- Romagnoli, R. C. (2015). Problematizando as noções de vulnerabilidade e risco social no cotidiano do SUAS. *Psicologia em Estudo*, 20(3), 449-459. https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/28707/pdf_78
- Santos, L., & Mayorga, C. (2017). Entre as fronteiras do morar e o direito de decidir: uma etnografia das famílias removidas da Vila da Paz na cidade de Belo Horizonte. *Revista de Direito à Cidade*, 9(1), 233-275. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/26790/19541>
- Santos, M.R.R., & Costa, L.F. (2007). O tempo na trajetória das famílias que buscam justiça. *Revista do Departamento de Psicologia - UFF*, 19(1), 111-126. <https://www.scielo.br/j/rdpsi/a/C8HxRbNHnZTdhkWh7zpBYfk/?format=pdf&lang=pt>
- Sarti, C. (2003). Família e individualidade: um problema moderno. In M. Carvalho (Org.), *A família contemporânea em debate*. (pp. 39-49). EDUC.
- Sarti, C. (2005). *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Cortez.
- Sawaia, B. (1995). O calor do lugar: segregação urbana e identidade. *São Paulo em Perspectiva*, 9(2), 20-24. <https://www5.pucsp.br/nexin/artigos/download/o-calor-do-lugar.pdf>
- Sawaia, B. (2014). Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In *Artimanhas da exclusão*. (pp. 7-13). Vozes.
- Soares, L. (2015). *Pais e mães recasados: vivências e desafios no “fogo cruzado” das relações familiares*. Juruá.
- Soares, J., & Santana, G. (2007). Hipercidade, consumo e habitação: da necessidade de habitar ao desejo de morar. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 7(2), 95-105. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/10924>
- Szymanski, H. (2003). Ser criança: um momento do ser humano. In A. Acosta, & M. Vitale (Orgs.), *Família: laços, redes e políticas públicas*. (pp. 53-60). Cortez, & IEE-PUCSP.

Velloso, R. C. (2016). Contra-conduta, sublevação. Insurreição urbana no interior e nas bordas da governamentalidade. In D. E. N. Solis, & M. Moraes (Orgs.), *Políticas do lugar*. (pp. 86-129). Editora UFRGS. (Coleção Querências de Derrida: Moradas da Arquitetura e Filosofia)